



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Economia e Obras Públicas
Assembleia da República

Lisboa, 08 de julho de 2014.

Assunto: Audição sobre as condições de segurança do transporte ferroviário

Com alguma frequência, a comunicação social tem relatado incidentes, acidentes e outras ocorrências sobre aquilo a que hoje se chama sector ferroviário e resultou do desmembramento total da empresa ferroviária nacional, que assegurava elevados padrões de segurança, pela sua integração, pelo seu comando vertical e pela elevada competência e cultura ferroviária existente.

Agora, no dia 2 do corrente mês, novo acidente na Linha da Beira Alta e, de novo, com um comboio de mercadorias da privada Takargo, empresa do grupo Mota Engil. O comboio vinha do Entroncamento, carregado com bobinas de papel que se destinavam a uma fábrica nos arredores de Madrid e um dos seus vagões descarrilou na zona de Fornos de Algodres.

A circulação nesta linha esteve suspensa até ao dia seguinte, por não haver outras alternativas ferroviárias – uma vez que a Linha da Beira Baixa se encontra encerrada entre Covilhã e Guarda há alguns anos, impedindo o fecho da rede, questão estratégica que PS, PSD e CDS parecem ter “abandonado”.

Se este acidente, em si, já é grave, o facto de ter havido recentemente outros dois semelhantes, também muito difundidos na comunicação social, um deles também com um comboio da privada Takargo e outro, no mesmo local daquele com um comboio da CP Carga, ainda lhe dão maior importância. Com efeito, é o terceiro caso que se verifica no espaço de um mês e meio.

No dia 15 de Maio, um vagão de um comboio de mercadorias da Takargo descarrilou e destruiu a via aos seis quilómetros entre Mortágua e o Luso.

No dia 28 de Maio, um comboio de mercadorias da CP Carga descarrilou naquele troço, que se encontrava em trabalhos de reparação devido ao acidente da Takargo.

A comunicação social refere problemas ao nível da infraestrutura, cuja manutenção diz ter sido descuidada nos últimos anos, apesar de se tratar de uma linha estruturante dos serviços de passageiros e mercadorias, com destaque para a sua ligação à Espanha e através desta à França. Os descarrilamentos ocorreram em troços com afrouxamentos, porque a linha não está em perfeitas condições para as velocidades normais.

Também refere problemas de frenagem no material circulante, com os vagões plataformas articulados que a Takargo utiliza, cuja manutenção é feita em Espanha por uma empresa privada.

Ora, indiscutivelmente estamos perante três casos e um grave problema de segurança da operação ferroviária.

A segurança ferroviária ou a segurança da circulação, tal como o PCP vem alertando, está desde logo em risco com a política recessiva do governo PSD/CDS.

A segurança da circulação mede-se pelo nível do risco, pela evolução do risco. Cada medida restritiva, de redução de «custos» na manutenção, de mercantilização da oferta ferroviária, de cortes e ataques aos direitos dos trabalhadores e suas famílias, significa caminhar na direção do aumento do risco e da degradação da segurança.

O governo é responsável por tudo o que está a fazer e ainda pretende fazer ao sector ferroviário: a continuação dos cortes, do congelamento das carreiras, da asfixia das famílias, dos impactos negativos no estado psicológico dos trabalhadores ferroviários, nos cortes nas manutenções e investimentos nas infraestruturas (via, sinalização, detetores de eixos e caixas quentes, controlo automático de velocidade/CONVEL, rádio solo comboio, pontes, túneis, barreiras, etc.) e nos cortes nas manutenções, grandes reparações e investimentos no material circulante (dilatação de prazos das operações e reparações, aquisição de material “velho”, ocorrência de avarias, etc.).

Ainda no ano passado houve um muito grave acidente em Alfarelos, no qual chocaram dois comboios, e ainda não são do domínio público as causas concretas e exatas do mesmo.

Também no ano passado ocorreram desgastes anormais em comboios da família suburbana de Sintra, sendo retirada desse serviço a respetiva série de material e substituída por comboios de dois pisos. O Conselho de Administração da CP dizia que as causas seriam conhecidas até ao final de 2013 – e já vamos em Junho de 2014. Temos informação de que recentemente na Linha de Cascais apareceram casos idênticos.

Importa que com a máxima urgência se esclareça cabalmente quais as causas destas graves ocorrências.

O Governo, não satisfeito com todas as medidas a que obriga as empresas, ainda quer promover a fusão da REFER com a EP/Estradas de Portugal, quer entregar os suburbanos de Lisboa e Porto aos grupos económicos, quer obrigar a aumentar as cargas máximas dos comboios de mercadorias, pretensão que é alimentada há longo tempo contra a técnica ferroviária de segurança.

Assim, e no sentido de abordar a matéria referida, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, na Comissão a que V. Exa. preside.

Pelo Grupo Parlamentar do PCP

Bruno Dias